

A IDENTIDADE EM JOGO

Eliane Maria de Oliveira GIACON¹

Resumo: *O discurso da obra Viva o povo brasileiro tenta responder quem é o brasileiro ao utilizar, metaforicamente, um universo mítico paralelo ao terrestre, no qual uma alminha acompanha a história do Brasil evoluindo e reencarnando várias vezes, até chegar a ser a alma brasileira, que marca indivíduos, cuja única definição possível é a luta entre opostos: ricos/pobres, brancos/negros, honestos/desonestos, dominadores/dominados, enfim.*

Palavras-chave: *Identidade; Alma; Brasilidade.*

Viva o povo brasileiro e a questão da identidade

A identidade nacional antes de estar associada a uma atitude, a uma preferência, a um momento histórico, a uma raça ou até mesmo a confluência alguns fatores que fazem com que um grupo de pessoas adote um mesmo território, onde possam viver e desenvolver-se, é uma forma discursiva produzida em determinado contexto histórico. Se considerarmos que a identidade é um discurso, sua definição passa, então, a estar associada ao fruto do pensamento intelectual e político de cada época da história dessa comunidade.

No Brasil, ao longo da sua história, houve muitas tentativas de definir qual seria a identidade nacional e qual a definição que poderia ter o brasileiro. Tais definições dependiam em muito da visão política, que vigorava em determinados momentos históricos e da visão que o brasileiro tinha de si e do outro.

Se a identidade é um discurso e toda a escritura também é discurso, em alguns livros como *O povo brasileiro* de Darcy Ribeiro e *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Hollanda, por exemplo, há diferentes discursos sobre a identidade nacional brasileira e sobre a sua formação, a partir de pressupostos diversificados, sejam de mestiçagem, raça, etnia e hibridismo, que são termos que alicerçam a tentativa de definição desse conceito movediço que é a identidade nacional e que dificilmente poderia ser captado em sua totalidade.

¹ Professora da UEMS, no curso de Letras Português/Inglês, mestre em Literatura Brasileira pela UNESP. Na graduação e na pós-graduação Lato-sensu orienta projetos ligados à Literatura e Identidade; à obra de João Ubaldo Ribeiro e em Literatura Comparada. Publica artigos ligados a Literatura, Identidade Nacional, Identidade Regional, ao estudo do Romance Histórico Contemporâneo e ao Discurso Erótico no Texto Literário. E-mail: giaconeliane@bol.com.br

Além de ensaios históricos, sociológicos, antropológicos ou psicológicos, também a ficção lança mão de um discurso que tenta um inventário sobre a identidade nacional brasileira, sugerindo, muitas vezes, a idéia de identidade como algo aberto e em processo, como faz o escritor brasileiro contemporâneo João Ubaldo Ribeiro em *Viva o povo brasileiro*: (...) “velha canastra, a qual foi soterrada pelo sangue, (...) embaixo, muito embaixo sob os ares da Amoreira, tudo acontecia ou estava sempre podendo acontecer (RIBEIRO, 1984, p. 673). Praticamente assim conclui o narrador, apontando essa mobilidade de conceitos e acontecimentos. Embora a palavra “Amoreira designe um local em Itaparica (BA), o narrador a utiliza como metonímia do Brasil, cujo conceito de identidade nacional está em constante movimento porque, segundo o narrador, “... tudo acontecia ou estava por acontecer (RIBEIRO, 1984, p. 673).

João Ubaldo Ribeiro, o autor, na produção textual, utiliza, ao longo do romance, diferentes artifícios discursivos para associar a identidade nacional à conciliação de diversos pontos de vista culturais, étnicos e espirituais dos personagens, como por exemplo, aqueles defendidos pela personagem Maria da Fé, que representa a fusão das raças e culturas formadoras do brasileiro. Ela é filha de um português com uma descendente de Vu, que era filha do índio Capiroba e tivera um filho com o holandês Sinique. Encarnando as culturas formadoras do brasileiro, ela representaria a própria nação brasileira. Um dos artifícios do narrador para demonstrar, que o conceito de identidade é concomitante com a ordem familiar da ancestralidade afro-brasileira consiste no uso da metáfora da reencarnação cíclica de Capiroba (século XVI) e de Maria da Fé (século XIX) representa o processo de transmissão, de um lado, e de permanência, de outro, pois a transmissão da rebeldia contra os dominadores ocorre independente do conhecimento histórico de Maria da Fé em relação ao seu antepassado Capiroba. Por permanência ocorre a ação revolucionária de Maria da Fé, que representa as lutas do povo brasileiro numa oposição implícita entre dominados e dominadores, que ao longo da narrativa como um *griot*, a cada novo fato histórico ou micro-histórico, as informações vão sendo acumuladas e repassadas às próximas gerações.

Mesmo correndo o risco de simplificar em demasia, poderíamos considerar, para fins didáticos, com Souza (2001, p. 21), que as culturas são produzidas pelos grupos sociais ao longo da história, na construção de suas formas de subsistência, organização da vida social e política, nas relações com o meio e com os outros grupos, a fim de que haja a produção de conhecimento.

Dessa forma, o romance citado tenta fazer uma espécie de inventário da cultura brasileira, a partir da cultura da região da qual João Ubaldo é originário, nesse caso a ilha de Itaparica, na Bahia, no sentido de redescobrir, reavaliar e divulgar aspectos do sincretismo religioso da região, dando especial destaque ao candomblé, do qual, o narrador ubaldiano extrai diversos elementos com os quais trabalha ao longo da obra, dos quais, pode-se destacar a concepção de tempo cíclico pela reencarnação da alminha brasileira.

No processo de redescoberta e releitura da história oficial do Brasil, a religião funciona como um meio de agregação e identificação do povo brasileiro a partir da predominância da ascendência africana sob os conceitos sincréticos do candomblé (culto aos ancestrais) acrescido da concepção cardecista da reencarnação.

A religião no Brasil predominante ou com mais de 50%, aparece nas estatísticas como sendo a católica apostólica romana, contudo é possível perceber, que o brasileiro cultua uma fé híbrida, na qual há elementos da religião do dominador, o catolicismo, e da do dominado, o candomblé e os ritos indígenas, numa pluralidade cultural, centrada no culto às tradições orais e na religiosidade, que constitui um discurso de representação da diversidade a que se propõe o narrador de *Viva o povo brasileiro* ao desenhar nas entrelinhas do romance a questão do híbrido, pois a religião africana praticada no Brasil assimilou em muitos aspectos tanto da religião do dominador (o catolicismo e o cardecismo) como os elementos da herbiologia dos índios brasileiros.

No decorrer do discurso da narrativa ubaldiana são resgatados fragmentos da história secretada, no inconsciente de uma comunidade, e impossíveis de serem acessadas a não ser no plano da oralidade, semelhante ao que ocorre com as "... longas narrativas orais dos *griots* na África... (BERND, 1992, p. 56) que são utilizadas pelos contadores de história das tribos nômades. Assim a personagem Dadinha, por exemplo, num momento de possessão, apresenta-se como testemunha da história de seu povo e sua memória passa a incluir essa história. Ela convoca, então, os seus seguidores a manterem a tradição coletiva. Seu discurso, através do recurso da heteroglosia, no entanto, filtra elementos históricos e culturais e propõe uma releitura da história, na qual chamam atenção a ironia e até mesmo o riso construtor:

No setechento, no setenta ou no oitenta, quando nem sombra de nada disso tinha aqui, só as baleias e as mesmas gentes, assim ou não assim, chegou Darissa da Bissínia, que era maluco, maluco, muitíssimo variado. A cidade da Bissínia é Diz-Abobra, ele, porém não trazendo abobra, trazendo religião antiga, que aqui não pôde combater. O povo dele é Galinha, porém também não trouxe galinha, nem fazia cococó. Foi antes que botaram os padres regular zizuítas para fora, le conto, hum-hum. Tinha o grande reis Zuzé, que ficava no reino, no pombá do Marquês, que me chegou lá assim e disse: quero mais saber, me compreenda uma coisa, não quero saber de zizuíta em minhas terras, foi zizuíta aqui, zizuíta fora, he-he-he-he! Rebanharam tudo, levaram bem, bem longe, botaram na Jiquitaia, he-he-he! Zizuíta descarado, juntaram, botaram em ferro, Coronel Gonçalo levou para no reino castigar, o navio carregado para bem mais de centos padres, hi-hi-hi-hi! O Bispo Zuzé Boteio, muito sem graça com isso, se despediu sem receio de seu lugar de alcebispo, indo morar de permeio cas freiras de Itapagipe, he-he-he-he-he! Não foi esse o Padre Roma, que com seus filhos mataram, padre Roma esse sendo muito dispois na história, foi por fazer sedição que lhe deram o cadafarso. Disso botaram um pasquim comprido na porta da igreja, sendo sacrilejo, mas sendo

perdoado, por ser padre filheiro e além do mais sediceiro, na uma, nas duas nas três eu não fico, ca sua saia de renda de bico, ponha a laranja no chão tico-tico, he-he-he-he, tem cachimbim aí, cachimbim? (RIBEIRO, 1984, p. 75-76)

A narrativa acima tem uma função dupla. Por um lado, o processo discursivo da anciã passa de geração a geração o conhecimento de povos sem escrita boa parte dos escravos não conhecia a escrita, convocando os membros daquele grupo formado pelos escravos da Armação a se tornarem os novos emissores para que essa tradição se perpetuasse. Por outro lado, no nível discursivo, observa-se claramente que o narrador propõe no imenso monólogo de Dadinha, uma reescritura da chamada história oficial, na qual a voz do dominado quase sempre é silenciada.

Dadinha, em seu longo monólogo, é apenas a porta-voz de Capiroba, que narra a ancestralidade que remonta aos reis da Abissínia, dos quais descenderiam os escravos da Bahia. Apresenta a descrição dos orixás que foram sincretizados com os santos católicos como forma de resistência e sobrevivência. Mas há que se tomar cuidado: apesar de fazer desfilar uma procissão de santos católicos, indicando o campo de ação de cada um, o conselho de Dadinha diz que “mas se valha mais do santo de sua cor, lembrando que negro escravo não usa nem baeta de Holanda nem cordão de ouro (...)” (RIBEIRO, 1984, p. 76), numa referência explícita aos santos católicos, que foram sincretizados pelo candomblé, cujas faces das imagens não eram negras.

O discurso testamento de Dadinha contém uma síntese da sabedoria popular que nomeia as coisas até a exaustão:

Bicheira de boi, reze pelas cinco chagas de Nosso Senhor, começando: mal que comeis a Deus não louvais! E nesta bicheira não mais comerai! Asma, moa buzo peguari, ou senão cavalinho-do-mar torrado bem moidinho, tome com água, passa tosse e pio do peito! Samambaia do brejo, cravo-da-índia e mel de abeja, bom, bom, bom! (RIBEIRO, 1984, p. 77-8)

Ao versar sobre um conhecimento acumulado em sua vida, parte do qual lhe fora passado por seus antepassados, com um sabor empírico, que se convencionou chamar de cultura popular, que percorre toda a obra com os ensinamentos que passam de iniciado para iniciante, como, ocorre mais adiante com o ritual para comer o baiacu, ao qual Macário se submete: “Comer deste peixe é uma experiência tão rica que podiam ser escritos livros sobre ela” (RIBEIRO, 1984, p. 603). A análise mental de Patrício em relação ao baiacu sintetiza todo o processo de aprendizagem da cultura popular pela qual ele passa naqueles dias em que fica encerrado na camarinha.

Antes de tratar da tradição escrita, o narrador, por meio do discurso de Dadinha, fixa a identidade nacional brasileira num tom professoral que mistura elementos da literatura oral, dos ditos populares, do modo de narrar contos e

de falar com rimas e métrica, numa técnica facilita a memorização num estágio abaixo do limiar da escrita. O segundo momento, também no limiar da escrita e que reorganiza e atualiza os fatos no presente, ocorre quando o cego Faustino conta a história do mundo e do Brasil. A terceira fase já dentro do universo da escrita está contida no livro de Patrício Macário, que no final, pode-se dizer que seja a própria narrativa de *Viva o povo brasileiro*.

Ao estipular três fases de releitura, transmissão e permanência do discurso de identidade nacional *Viva o povo brasileiro* se torna um veículo de reescritura de diversas definições de identidade nacional, partindo do princípio de que somente com o exercício da exatidão, da acumulação e da recriação de diferentes discursos seria possível definir a identidade do povo brasileiro.

A identidade em discussão

Em *Viva o povo brasileiro* dialogam vários discursos sobre a identidade nacional, que associados ao resgate dos mitos, à redescoberta da memória coletiva e a um movimento constante de textos dentro da obra, apresentam um questionamento da definição do brasileiro que engloba história, folclore, filosofia, religião, misticismo, através de uma representação mimética da sociedade brasileira.

A identidade brasileira via exclusão do negro consistiu num lugar comum dos romances alencarianos, que refletiu pensamento do século XIX, no qual a brasilidade fora retratada a partir da fusão entre índios e brancos, pois o José de Alencar, representou o pensamento da elite branca, logo em *Viva o povo brasileiro* (1984) se contrapõe a Iracema e o Guarani (século XIX) ao passar por uma releitura literária, na qual o negro torna-se o elemento chave da formação religiosa e etnia dos afro-descendentes, que são os guardiões da canastra, sendo os conhecedores do saber intuitivo e mítico ao representarem a força de resistência dos dominados.

O negro representa, então, a consciência coletiva na construção da identidade nacional, sendo portador de um saber que, mesmo tendo sido reelaborado aqui no novo mundo, é proveniente de um passado remoto, arcaico, situado na origem da humanidade e transportado para Itaparica (cuja etimologia quer dizer, em tupi, “cerca de pedra”), que por sua geografia se configurou em um receptáculo, que o guardou, revelando-o nos discursos dos representantes daquele povo: Dadinha, Júlio Dandão, Cego Faustino e Maria da Fé.

Dessa forma, João Ubaldo Ribeiro, na base de todos os discursos sobre identidade nacional, situa o discurso-testamento de Dadinha, no qual como já dissemos, ela convoca os seus seguidores a proclamarem e reviverem os seus ensinamentos no futuro. Assim, por esse ponto de vista, os afro-descendentes incorporam da definição de povo brasileiro, segundo define, mais tarde, Maria da Fé e não o povinho a que se referiam Bonifácio Odulfo e Henriqueta, personagens localizados na margem oposta, a dos dominadores.

A oposição entre dominados e dominadores (afro-descendentes e

pseudo-brancos) a questão da identidade nacional brasileira, Zilá Bernd afirma que

a perda da inocência se deu sem a contrapartida do ganho de uma consciência nacional. Daí suas indagações perturbadoras: Quem somos nós? Nós mesmos? Eles? Ninguém? Daí pode-se retirar duas questões importantes, a primeira quanto à perda da inocência e a segunda do ganho da consciência nacional. (BERND, 1992:51)

O conceito da perda da inocência pode ser observado em dois momentos: o primeiro quando Capiroba ouve estalidos e zumbidos e foge da Redução, pois ele começa a diferenciar-se do outro, o branco e conscientiza-se, de tal forma, dessa separação que passa a considerá-los incultos e incapazes de falar, sendo que os espanhóis, holandeses e portugueses apenas como alimento. A visão do outro, o colonizador, no caso, como um estranho, faz com que o caboclo (descendente de negro e índio) procure as suas raízes, na mata, resistindo ao processo civilizatório.

Se Capiroba é a mão, Maria da Fé é o cajado, pois quando ela está tomando consciência dessa identidade, também passa por uma fase de ouvir zumbidos e estalidos. Define para si, então, o que é o povo brasileiro, passa a admirar esse povo e finalmente a defendê-lo.

Os dominados, oriundos das raças negras e indígenas e, posteriormente, acrescidos da mistura com algumas etnias brancas, tornando-se mais do que mestiços raciais e culturais, pois eles passam então a indagar por sua identidade.

Da mesma forma que Capiroba é a mão e Maria da Fé é o cajado do povo brasileiro consciente de sua identidade, a classe dominante tem Amleto como mão e Eulálio Henrique como cajado. Amleto, cujo nome origina-se, claramente, da adaptação do Hamlet de Shakespeare, cuja frase *To be or not to be*, lugar comum da dúvida de identidade, imortalizou o príncipe dinamarquês, ao ser tomado como homônimo traduzido reproduz um personagem, que também vive o conflito da dúvida no romance de João Ubaldo Ribeiro, que pode ser lido como um *Ser ou não ser brasileiro*.

Numa passagem do livro esse personagem se excita com a negra Vevé, mas rapidamente se recompõe e deixa seu pretense sangue inglês falar mais forte. Em sua vida diária, come rins grelhados, no café da manhã, mesmo que o dia esteja escaldante. Alisa os cabelos e tenta a todo custo esconder sua mãe Justina, uma mulata, num jogo teatral que esconde sua verdadeira origem e cria uma falsa origem justificada na cultura européia dominante. Seu bisneto Eulálio Henrique, no século XX, também manifesta o drama de viver no Brasil e não se sentir brasileiro, tão comum às elites mestiças brasileiras do século XIX. Numa passagem ele “Puxou o álbum para perto, contemplou longamente o retrato do trisavô. Realmente, estirpe era estirpe... (RIBEIRO, 1984, p. 653). Para sacralizar, a sua estirpe ele decide reconstituir a história

da família com uma pesquisa histórica forjada, na qual ele engana-se, agarrando-se a uma genealogia falsificada, em que se apresenta como descendente dos Huttons, uma antiga família inglesa.

Sob esse prisma o romance mostra como os dominantes tentam definir a brasilidade a partir da exclusão do outro, o povo brasileiro, e forjando uma identidade assentada em bases falsas. Para tanto, o narrador recorre a um mosaico discursivo, baseado em certo cientificismo, que dominava a filosofia europeia da época. São exemplos, no romance, falas como a do cônego Visitador e de Amleto que diagnosticam a debilidade dos povos latinos, que seria corrigida pelo exemplo profícuo das nações anglo-germânicas.

Henriqueta, ao convencer o marido Bonifácio Odulfo a mudar-se de Salvador para o Rio de Janeiro, explicita o distanciamento entre o centro, a capital do império, onde vivem as elites dominadoras, mais próximas do exemplo anglo-germânico, e a periferia do Brasil. Acompanhando o deslocamento do poder político-econômico do país, a família Ferreira Dutton, muda-se, já no século XX, para São Paulo, aproximando-se, ainda mais dos modelos estrangeiros.

Numa viagem à Europa, precisamente em Lisboa, Bonifácio Odulfo diz à esposa o que mais o atraiu nela: o seu jeito português de falar. A tendência das elites em se voltarem para a Europa como modelo direcionou o pensamento de boa parte dos brasileiros durante todo o século XIX e parte do século XX. No romance é possível perceber-se isso na fala de Domingos, um descendente de loiô Lavínio, quando conta uma anedota sobre o povo brasileiro, muito comum entre as rodas de bar: “- Você conhece a história de Deus criando o mundo e dando tudo ao Brasil e aí o anjo assistente estranha e aí Deus diz que ele espere até ver o povo filha da p..., o povo safado que ele ia botar aqui? (RIBEIRO, 1984, p. 625).

Essa anedota, bastante popular em nosso país, é transplantada, na narrativa, das rodas de um bar para dentro de uma discussão sobre o povo brasileiro, demonstrando a intenção do narrador de evidenciar quanto visão cientificista da inferioridade do mestiço brasileiro em relação aos outros povos influencia na concepção dos descendentes de loiô Lavínio. O personagem Eulálio Henrique, referindo-se à cor amulatada de Patrício Macário, diz que ele “Deveria ter puxado aos parentes da mãe, a algum árabe escondido entre os ancestrais da velha Teolina, durante o tempo dos mouros na Península Ibérica (RIBEIRO, 1984, p. 643). Fundamentar na possível origem árabe medieval a cor morena das elites é uma forma bastante usual de fugir de um fenômeno tão evidente que foi a mistura de raças ocorrido no país durante praticamente toda a sua história.

Valendo-se da polissemia do termo povo, o narrador a emprega de maneiras diferentes, dividindo, de certo modo bastante simplista, os personagens em dois grupos antagônicos, os dominantes e os dominados, para cada um dos quais atribui uma acepção do termo. Assim, de um lado, as elites dominadoras utilizam a palavra povo, no sentido pejorativo de aglomeração de

peessoas, uma multidão sem identidade que engloba as chamadas classes menos favorecidas, como sinônimos de plebe ou ralé.

Numa passagem do livro, Bonifácio Odulfo em discussão com Patrício Macário diz: “Você não conhece nação forte sem governo forte, nação forte em que o povinho, os desqualificados, tenham voz ativa (RIBEIRO, 1984, p. 584). Macário por discordar da indicação de povo do irmão e do grau pejorativo argumenta:

A que diabo de povinho você se refere? Para você, todo mundo é povinho, com exceção dos quatro ou cinco gatos pingados que você julga estarem a sua altura. Que povinho? Todos? Porque são todos, realmente todos os brasileiros, a que você se refere com esse desprezo.(...) Não está vendo que não pode haver um país decente, um país forte, como você diz, cujo povo seja de escravos, miseráveis, doentes e famintos? (RIBEIRO, 1984, p. 584)

Do outro lado, os dominados recuperam o sentido tradicional da palavra povo como conjunto de indivíduos que falam a mesma língua, têm costumes idênticos e que formam o corpo de uma nação, como se pode constatar na definição que apresenta Maria da Fé, num encontro com Patrício Macário:

O povo brasileiro não deve nada ninguém, tenente disse ela. Ao povo é que devem, sempre deveram, querem continuar sempre devendo. (...) O povo brasileiro somos nós, nós é que somos vocês, vocês não são nada sem nós. (...) O poder do povo existe, ele persistirá. (RIBEIRO, 1984, p. 563-5)

Nesse sentido está o termo “povo” na expressão Irmandade do Povo Brasileiro, entidade que surge em 1827, quando Júlio Dandão reúne um grupo de escravos na casa da farinha e lhes transmite informações sobre a canastra. Logo a seguir, ele não define o povo brasileiro, mas ao longo da narrativa há substratos comuns que poderiam fixar a identificação desse povo.

Da mesma forma que, num nível primitivo, no primeiro ciclo, Dadinha tinha convocado os membros daquela comunidade a perpetuarem a história e o conhecimento de seu povo, como “Receptáculo da memória coletiva e intermediária entre o mundo dos vivos e o dos mortos”, como a define Utéza (2001, p. 27), a Irmandade do Povo Brasileiro promove um processo semelhante, pois acumula conhecimento a respeito desse povo e o propaga aos seus membros como forma de protesto contra as injustiças sociais, culturais e históricas do mundo. A ligação entre estes dois momentos narrativos demonstra que o discurso da grande matriarca negra, além de conter elementos da cultura afro-brasileira, encerra um ciclo primitivo que sedimenta a identidade nacional, que segundo Utéza (2001, p. 32) refletirá no punho erguido de Júlio Dandão ao criar a Irmandade em 1827 “... a reivindicação da identidade negra apenas, mesmo quando completada com a referência ao povo brasileiro que aparece logo depois...”

Júlio Dandão, no segundo ciclo, o da revelação, quando os segredos da canastra são revelados por ele aos membros da Irmandade do povo brasileiro, convocando-os a identificarem os elementos culturais relativos a esse povo. A saudação Viva nós! Viva o povo! pode ser vista como uma aclamação de identidade negra, em um primeiro momento, mas, num segundo momento, estende-se a todo o povo brasileiro. O terceiro ciclo seria o da realização, que conta com Maria da Fé e Zé Popó, na luta pelo povo brasileiro e de Patrício Macário na escrituração do discurso da identidade brasileira sacralizando os dois primeiros ciclos por meio da escrita, que se consome na medida em que a narrativa do romance chega ao fim, pois o livro, no lugar de ser um testamento, torna-se um elemento de um fim apocalíptico.

A outra voz, o contraponto dessas, é aquela que veicula o conceito de povo, segundo a ótica dos poderosos, excluindo definitivamente os negros e os mestiços. A voz de Amleto, por exemplo, ilustra a mentalidade das elites que correspondem ao pensamento europeu, considerando o povo, formado por mulatos e mestiços, como uma massa rude que envergonharia o Brasil perante um estrangeiro. O que Amleto gostaria de mostrar como povo brasileiro é o ideal de branqueamento das elites.

Os integrantes dessa elite, formada por padres, proprietários rurais, comerciantes, além de intelectuais, consideravam os europeus transplantados para o Brasil como o ideal de uma nação branca e lutavam pelo branqueamento do país instituindo a imigração européia, no século XIX, a fim de tentar criar uma raça com menor grau de mestiçagem. Assim, os negros no romance, representam um movimento de resistência ao branqueamento.

É ilustrativo o caso de Amleto que, mesmo se casando com uma mulher branca, seu filho caçula nasce com traços negros desmistificando a teoria do branqueamento. As raízes culturais e étnicas dos negros marcam Patrício por toda a sua vida, sendo ele, no final da narrativa, escolhido como o guardião da canastra e dos elementos comuns que identificam o povo brasileiro ao colocar o discurso oral do povo, no mesmo nível, o da escrita da história oficiosa brasileira.

Patrício é uma voz criada no universo dos dominadores, cuja força da brasilidade fala mais alto e passa a ser porta-voz daqueles que eram silenciados pela história oficial. A voz dos dominados se contrapõe à dos dominadores, contudo uma não silencia a outra, cuja dualidade de vozes ressalta o caráter da formação cultura brasileira que na obra *Viva o povo brasileiro* revaloriza os elementos étnicos africanos e indígenas em contraponto com o europeu.

Na harmonização das diversas vozes, o narrador define até a exaustão a identidade nacional, partindo do pressuposto que a identidade nacional, no Brasil, criou-se a partir da convivência social e cultural de diferentes povos, passando por diferentes teorias sociológicas, que do século XX, em processo regressivo, apresenta de forma parodiada diferentes definições e estudos alienígenas, europeus, sobre os povos tidos como periféricos (América do Sul, África e Ásia).

Houve, no século XIX, várias teorias científicas, que ora se preocupavam com o branqueamento da raça como as de Silvio Romero, como forma de forjar a identidade nacional e a etnia brasileira. Outras como a defendida por Euclides da Cunha, já no século XX, considera o mestiço sertanejo um forte, já que por viver isolado do litoral criara um biótipo capaz de suportar o meio hostil. Pode-se dizer que João Ubaldo Ribeiro também crê na idéia de que o homem do nordeste é um forte e transporta para os personagens de seu romance, as características físicas, psicológicas e religiosas que os transformam em líderes natos da sociedade brasileira.

Dadinha e suas descendentes são líderes religiosas, Júlio Dandão e os guardiões da canastra guardam conhecimentos sobre a identidade nacional. Até mesmo um descendente de Amleto, representante das elites responsáveis pela economia brasileira, acaba por juntar-se a esse grupo.

Nota-se que, em *Viva o povo brasileiro*, a discussão da identidade nacional ocupa um diálogo que enfrenta duas posições, em princípio divergentes. Na primeira delas, a visão das elites dominantes, valoriza-se excessivamente o que é estrangeiro e na segunda nota-se que há a assimilação do que o estrangeiro tem de melhor. O primeiro grupo enraíza-se em Amleto e seus descendentes que se consideram europeus transplantados para o Brasil e que aqui poderiam melhorar esse país.

O segundo desenvolve-se a partir da visão de Capiroba, que considera que o estrangeiro poderia ser aproveitado como comida: primeiro os portugueses e depois os holandeses. Num segundo momento, Vu descobre que a comida também serviria como alimento para seus desejos e com Sinique, holandês, se torna fundadora de um clã. Sinique, então, deixa de ser estranho e passa a ser também fundador desse povo.

A literatura e o discurso de identidade nacional

A literatura, em busca da identidade nacional, assumiu ao longo dos anos várias posições. No século XIX, o romantismo sacralizou os mitos fundadores da formação étnica e cultural do brasileiro a partir do branco, excluindo desse processo os elementos: negro e índio, apesar de que este último aparecesse como fachada.

José de Alencar tenta estabelecer uma matriz para o povo brasileiro. Em *Iracema*, o colonizador Martim é quem impõe o costume dos brancos aos povos indígenas. João Ubaldo Ribeiro, em contraposição, inverte os valores e faz com que os costumes dos colonizados imponham-se ao colonizador. O resultado é a presença de duas vozes que como já dissemos ora se harmonizam, ora se opõem. Dependendo do distanciamento que o narrador quer dar, a narrativa faz com que o leitor se identifique com um ou com outro grupo.

Já no século XX, durante o modernismo, a literatura assume uma função dessacralizadora, na qual há uma abertura para o diverso estabelecendo relações mais positivas com outro. O elemento negro aparece em *Macunaíma*

de Mário de Andrade e seu discurso se contrapõe à aculturação e desculturação das duas etnias branca e índia, formadoras da identidade nacional. O contra discurso dessa obra é baseado na hegemonia da identidade nacional brasileira, pois Macunaíma nasce preto retinto, numa tribo indígena e “se torna branco louro, enquanto seus irmãos continuam a ser um índio e outro negro (BERND, 1992, p. 48).

Mário de Andrade implode as noções etnocêntricas, empenhadas em descrever a alma brasileira e destrói a idéia de uma essência brasileira imutável. São essas duas idéias com as quais João Ubaldo Ribeiro trabalhou em *Viva o povo brasileiro*, ao operacionalizar uma síntese dos dois movimentos o sacralizante e o dessacralizante, pois associa o resgate dos mitos à desmistificação desses, num processo que redescobre a memória coletiva com um movimento contínuo dos textos, que ao serem entrelaçados tentam definir a identidade nacional brasileira como um discurso em movimento.

Devorando o outro...

Os temas da discussão da identidade nacional aparecem parodiados no romance, como por exemplo, num texto que decompõem outros textos, nos quais os personagens são articulados, a fim de exporem idéias sobre a brasilidade, bastantes comuns, ao longo de praticamente todo o século XX.

A antropofagia literal de Capiroba metaforiza a discussão de teorias muito em voga na literatura brasileira após o modernismo, as quais determinam que o ato antropofágico do caboclo, no romance de João Ubaldo, tem intenção de negar a cultura “civilizada transmitida pelo colonizador e construir, pela devoração da cultura colonizadora, uma nova cultura. Para negar essa cultura e a religião alienígenas, Capiroba regressa à selva, procurando as suas raízes perdidas. Passa, então, a fazer uso da antropofagia como rito que reinstala uma espécie de prática sacrificial, que tinha sido abolida pelos jesuítas. Esse rito, no entanto, abre um novo espaço seletivo, que faz com que ele substitua com o tempo a carne do português pela do holandês.

A metáfora é explícita, num primeiro momento devora-se a cultura ibérica, que logo depois é abandonada por ser muito dura e áspera, além de ter forte presença religiosa. Opta-se, então, pelo laicismo da cultura européia (o holandês), bem mais palatável. O europeu tem a função, nesse contexto antropofágico, de doador de carne, ou seja, do corpo que na origem forma o povo brasileiro, sendo tanto alimento e carga genética, como elemento cultural.

Utilizando a mesma técnica de deglutição e assimilação de Capiroba e seu grupo, o narrador de *Viva o povo brasileiro*, executa o mesmo processo com as teorias quanto à identidade nacional. Dessa forma os personagens discutem conceitos de povo, nação e de formação do brasileiro num mosaico de informações, que levam o leitor a selecionar, deglutir e assimilar a obra. Há, portanto, três processos antropofágicos no romance: o de Capiroba, o do narrador e do leitor.

Ao parodiar a antropofagia literal executada por Capiroba, o narrador fundamenta a identidade nacional como um espaço paródico, no qual a assimilação do invasor pelo elemento autóctone cria um espaço de resistência entre forças antagônicas que resulta numa terceira, que se configura como um novo modo de ser de um povo.

O enredo do livro demonstra que a antropofagia acaba sendo um meio de acumular elementos resultantes da deglutição dos formadores, que no final passam a fazer parte da identidade nacional do povo brasileiro.

Capiroba, ao comer o colonizador, procede a uma forma de vingança e, ao mesmo tempo encontra uma saída contra a colonização. Na mente tumultuada desse personagem há uma interrupção dos ensinamentos catequéticos e a inversão das noções aprendidas.

Logo a antropofagia passa a ser a única alternativa para a superação do condicionamento que a situação colonial impôs ao elemento nativo até que ele encontre uma terceira via, na qual há a assimilação da cultura européia e sua síntese produza uma cultura nova.

A partir daí percebe-se que a antropofagia é um sistema autônomo, no qual ao mesmo tempo em que parece que um elemento está sendo absorvido por outro, na realidade é o outro que o consome. Um exemplo de inversão ocorre entre a “comida Sinique e o “comedor Vu, pois ele que seria “comida , acaba sendo devorado sexualmente por Vu, num processo que inverte duplamente as relações. O dominador, branco, masculino, acaba se transformando em objeto sexual do dominado, mulher e indígena. O filho dessa dupla violação feita por Vu será o fundador da estirpe de *Viva o povo brasileiro*, cuja principal característica não serão apenas os olhos claros, mas uma capacidade de resistência à dominação dos brancos.

Inicialmente, o caboclo “... quebrou os dois dedos do holandês e lhe botou a argola no nariz (RIBEIRO, 1984, p. 52), utilizando um procedimento comum no manejo de animais para o consumo, da mesma forma que, nas criações primitivas, as galinhas são marcadas com o corte dos dedos do pé e os bois e porcos recebem a argola no nariz para facilitar seu manejo.

Aproveitando-se desses artifícios, Vu descobre que poderia puxá-lo pela argola e “... ele não conseguia mais empurrá-la e espernear assim que ela se agarrava às suas bragas, puxando-as para baixo (RIBEIRO, 1984, p. 52). Vu o desnuda, então, em todos os sentidos, puxando a argola do nariz com uma corda curta, consuma o ato sexual, no qual ela “alimenta seus desejos para com o holandês. “Passou então à volta-e-meia entrar no cercado, virar o holandês de barriga para cima e sentar nele com muitos sinais de felicidade... (RIBEIRO, 1984, p. 53). Ocorre aqui uma inversão total de valores no início da genealogia do povo brasileiro, pois é a mulher que toma a iniciativa e quem determina as regras do acasalamento e produzindo um novo sistema, no qual a mulher passa a ser o centro do clã.

A antropofagia iniciada por Capiroba, seguida por Vu e incorporada na obra como processo criativo de uma nova relação entre o brasileiro e o

estrangeiro, culmina com Maria da Fé, que segundo Valéria Geremia:

... é a soma de diversos elementos estrangeiros depurados como a religião africana, o sangue holandês de Zernique (...) e a origem portuguesa de Perilo Ambrósio. Ela é a encarnação da alta antropofagia definida pelo modernismo: aproveitar os valores estrangeiros, somando-os aos valores nacionais, transformando a realidade anterior em algo novo e enriquecedor. (GEREMIA, 2001, p. 65)

Envolvido num halo de mistério o nascimento, a vida e a morte de Maria da Fé a transformam em um mito fundador da brasilidade. Ela ao lado de Patrício é a mãe espiritual desse povo, que concentra sua definição na oralidade, enquanto Patrício representa a escrita. São duas partes que se concentram para desenhar os parâmetros que tentam definir a identidade nacional brasileira.

Da mesma forma, através da paródia, *Viva o povo brasileiro* devora vários textos antropológicos e historiográficos produzidos para definir o povo brasileiro. Esse processo antropofágico de criação literária vale-se da paródia, pois tomando um texto original, deglute-o e depois se opõe a ele, produzindo algo novo. O resultado desse processo em que um texto acaba parodiando outro, numa sucessão de textos deglutindo textos, expõe a identidade nacional como uma forma discursiva em permanente movimento.

Uma pergunta que não se responde

Após as mais de seiscentas páginas de *Viva o povo brasileiro* seria, ainda, possível afirmar categoricamente quem é o povo brasileiro? Responder a essa questão seria definir com todas as letras a identidade nacional brasileira. No entanto, ao acompanhar a trajetória dos personagens, numa narrativa que engloba praticamente toda a história brasileira, já se vê que se trata de uma pergunta difícil de se responder. Seria, entretanto, possível pensar em povo brasileiro pela busca de uma identidade, que seria um processo de permanente movimento de deslocamento, que se constrói com as representações que um indivíduo tem de si e de sua coletividade.

O narrador de *Viva o povo brasileiro* tenta definir o povo brasileiro pela diferença, que faz com que cada indivíduo se afirme com as representações culturais, sociais, filosóficas e étnicas do seu grupo. O grupo dos dominados, por exemplo, cultua a figura do caboclo Capiroba de tal forma que ele permanece vivo em seu seio, enquanto o dos dominadores, os Ferreira-Duttons, mantém a figura de Amleto como o grande patriarca.

Quando os personagens olham o outro e se identificam com ele, eles criam uma rede, na qual começa a definição do que seja o povo brasileiro, a partir de uma ótica estritamente pessoal, cujas representações se baseiam em afinidades. Amleto considera como povo brasileiro, apenas aqueles, que se voltam seus olhos para os europeus, principalmente os povos anglo-saxões e por conseqüência tentam imitá-los. Para Júlio Dandão, Maria da Fé e Patrício

Macário, o povo brasileiro é aquele que se identifica com os outros que vivem aqui e constroem essa terra.

A questão do povo brasileiro é o núcleo da narrativa, desde o título, e se configura como a primeira chave para tentar resolver a questão. No decorrer do livro, o processo de construção discursiva da identidade nacional varia, sendo apresentado ora por um grupo, ora pelo outro.

Para metaforizar a construção da identidade nacional como um movimento constante que pode ser definido sob diferentes prismas, de acordo com a política vigente, a formação filosófica do povo e o momento histórico, João Ubaldo Ribeiro utiliza vários discursos, que se modificam conforme a posição de determinado grupo e tempo histórico. Sendo a definição do povo brasileiro um discurso que vem sendo construído também pela literatura, e o livro ubaldiano apresenta um conjunto de discursos, os quais poderão ser selecionados pelo leitor conforme lhe aprouver.

O narrador utiliza a alminha brasileira, que fica no céu da Amoreira, esperando a hora de voltar e lutar, a fim de produzir mais um discurso definindo o povo brasileiro como símbolo de uma definição de identidade nacional que não é estanque, podendo a qualquer instante sofrer alterações.

Tentativa de síntese

Em *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, Darcy Ribeiro (1995, p. 108-115) vê o povo brasileiro formado a partir de um longo processo de miscigenação. Num primeiro momento misturam-se índios e brancos, resultando o mameluco, que por sua vez misturou-se com os negros. O negro tinha sido destituído de sua terra e jogado numa terra estranha, onde tenta encontrar a sua identidade que perdera ao sair da África. Entre esses elementos, ele seria o que mais incorporaria a procura de uma identidade.

Na mesma linha de raciocínio, o narrador em *Viva o povo brasileiro* parece querer demonstrar como na formação étnica do povo brasileiro houve a presença mais acentuada de negros e índios, prevalecendo, no entanto, quanto à formação cultural, o branco minoritário. O romance tenta, então, resgatar os valores da mãe negra ou índia que criou tanto os seus filhos quanto os filhos dos brancos. É ela a mulher que demarca seu território e se torna responsável pela formação da identidade nacional mestiça do brasileiro.

O brasileiro étnica e culturalmente é a mistura de três grupos culturais que no século XIX já estava praticamente configurada. O branco europeu introduzido através do incentivo imigratório nos séculos XIX e XX pouco funcionou como fator de branqueamento, mas acabou assimilando as outras culturas.

Pode-se dizer que ser brasileiro não é apenas uma questão de etnia, mas sim de acumulação e assimilação de formas de ser que se opõem às suas matrizes, criando campos de tensão, do qual sairá a identidade nacional não apenas como uma definição teórica, mas como um discurso, que o enredo dessa obra delineou ao longo de suas páginas.

A adesão de Patrício Macário ao povo brasileiro pode ser considerada no romance de João Ubaldo, um momento de revelação, no qual narrador metaforiza que ser brasileiro é uma questão sentir as coisas sem, contudo, vê-las.

Dessa forma, a Irmandade do Povo Brasileiro é uma instituição guardiã da canastra, que intriga os personagens, pois eles fazem parte dela e ao mesmo tempo buscam respostas para a sua existência, assim como o brasileiro busca respostas para definir a sua identidade.

O romance procura demonstrar, enfim, que o contingente humano de brasileiros é formado por um grupo de elementos europeus, africanos, mamelucos, cafuzos, enfim, um aglomerado híbrido que criou uma maneira de ser que tem um pouco de Leléu, de Maria da Fé, de Bonifácio Odulfo e de Macário. Esses tipos brasileiros no romance se repetem reforçando a definição do povo brasileiro. Capiroba, Vu, Maria da Fé, Vevé e Stalin José são os dominados que sobrevivem e se identificam com o povo brasileiro. Esse grupo opõe-se às elites, os dominadores, formadas por personagens como Amleto, Bonifácio Odulfo e Eulálio Henrique. Os dois tipos, embora antagônicos, se completam na definição do brasileiro como um povo que vive como qualquer outro, uma luta entre as classes sociais, mas que têm alguns traços comuns, pois segundo Darcy Ribeiro (1995, p. 120), "Todos nós brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. Todos nós brasileiros somos, por igual à mão possessa que os supliciou .

O discurso de *Viva o povo brasileiro* para responder quem é o brasileiro utiliza, metaforicamente, o universo mítico paralelo ao terrestre, no qual uma alminha acompanha a história do Brasil evoluindo e reencarnando várias vezes, até chegar a ser a alma brasileira, que marca indivíduos, cuja única definição é a luta entre opostos: ricos/pobres, brancos/negros, honestos/desonestos, dominadores/dominados, enfim.

GIACON, E. M. O. THE IDENTITY S GAME.

Abstract: *The speech of the Viva o povo brasileiro to answer who is the Brazilian uses, metaphoric, the parallel mythical universe to the terrestrial one, in which one soul follows the history of Brazil evolving and reincarnating some times, until arriving to be the Brazilian soul, that marks individuals, whose only definition is the fight between the opposites: rich/poor, white/black, honest/dishonest, dominated /dominators, at last.*

Key-words: *Identity; Soul; Brazilian People.*

Referências

- BERND, Z. *Literatura e identidade nacional*. Porto Alegre: UFRS, 1992.
- GEREMIA, V. R. da C. *Ideologia no espaço-tempo de O feitiço da ilha do pavão e Viva o povo brasileiro*. 2001. 195 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.
- RIBEIRO, J. U. *Viva o povo brasileiro*. 16. reimp.. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- SOUZA, J. C. *A identidade do migrante paraguaio e seus descendentes radicados em Dourados (1989-1999)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Dourados, 2001.
- UTÉZA, F. Viva o povo brasileiro ou o espírito da fraternidade. In: BERND, Z; UTÉZA, F. *O caminho do meio: uma leitura da obra de João Ubaldo Ribeiro*. Porto Alegre: Editora Universidade, 2000.